

Entreletras

Revista do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da UFT – nº 3 – 2011-2

ISSN 2179-3948

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FRUIÇÃO LITERÁRIA NA ESCOLA****BRIEF CONSIDERATIONS ON LITERARY FRUITION AT SCHOOL**

---

**Maria da Conceição de Jesus Ranke\*****Hilda Gomes Dutra Magalhães\*\*****Resumo**

A leitura literária pode constituir-se como uma experiência singular de construção e de apropriação de sentidos. Nesse contexto, o texto literário que pode ser deflagrador de entendimento, indagação, reflexão, construção e desconstrução de sentidos, exigindo atuações específicas por parte do leitor na sua apropriação. Tendo em vista estas relações, a fruição literária constitui-se como uma experiência estética relacionada à leitura da literatura. A fruição literária caracteriza-se por seu caráter de gratuidade, não funcional, que implica afetos, imaginação, sentidos e também intelecto, e é, nesse sentido, um fenômeno que envolve, principalmente, a ordem do sensível, sem, contudo, negligenciar aspectos inteligíveis. Nesse sentido a fruição literária é um fenômeno que constitui-se, também, como um ato complexo e contraposto às noções simplistas que a identificam como mero ato sensorial, hedonista e esvaziado daquilo que lhe é inerente, ou seja, sua complexidade. Proporcionar ao aluno oportunidade para vivenciar a leitura de fruição deve ser o foco principal para que se concretize o processo de formação de leitores de literatura na escola básica, sobretudo no Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** fruição; leitura literária; literatura

**Abstract**

The reading literary can be set up as a unique experience of construction and ownership of the senses. In this context, the literary text that may be triggering of understanding, inquiry, reflection, construction and deconstruction of the senses, requiring specific activities on the part of the reader in ownership. In view of these relations, the fruition literary is an aesthetic experience related to the reading of the literature. The fruition literary is characterized by character of the gratuitousness, non-functional, which involves feelings, imagination and senses and also our intellect, and is, in this sense, a phenomenon that involves, primarily, the order of sensitive, without, however, neglecting intelligible things. In this sense the fruition literary is a phenomenon that is, also, as an act complex and unlike the simplistic notions that identify it as just act sensorial, hedonistic and emptied of what it is inherent, i.e. , its complexity. Provide the student an opportunity to experience the reading of fruition must be

---

\*Aluna bolsista (CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins /UFT, sob orientação da Profa. Dra. Hilda Gomes Dutra Magalhães.

\*\*Doutora em Teoria da Literatura pela UFRJ com pós-doutoramento na Universidade de Paris III e na EHESS/França. Professora do Curso de Letras e do Curso de Mestrado em Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Araguaína.

Recebido em julho de 2011; aceito em setembro de 2011.

the main focus for happen the formation process of literature readers, especially in the Elementary School.

**Key-words:** fruition; literary reading; literature

## Introdução

Dentre as inúmeras produções simbólicas, a literatura apresenta-se como uma experiência essencial para o ser humano. Partindo do pressuposto de que somos seres simbólicos para os quais a significação é fundamental, nosso objetivo nesse artigo é refletir, através de revisão bibliográfica, sobre a fruição literária como forma de experiência estética diferenciada, no intuito de apreendê-la em alguns de seus elementos constitutivos e reafirmar sua importância na formação do leitor. Problematicamos, para tanto, a leitura de textos literários no contexto escolar da educação básica.

Nossa concepção de fruição literária está relacionada à leitura literária que parte do pressuposto de entrega, de imersão no texto, não para desvelar suas verdades, mas para expandi-lo, alargar suas significações. O leitor, portanto, não é um mero decodificador, este está em constante conflito com o texto, conflito que pode ser entendido como um desejo de compreender, de concordar, de discordar. Conflito, enfim, no qual quem lê não somente capta o objeto da leitura, mas atribui sentidos, impregnando o texto com sua carga de experiência humana e intelectual.

Na perspectiva em que estamos considerando, a fruição literária apresenta desafios e demanda uma percepção sensível, que ultrapasse utilitarismos e preconceitos, constituindo-se como uma experiência singular, que influencia tanto na construção da dimensão simbólica do indivíduo quanto na atribuição de sentidos que este constrói *para* e *sobre* o mundo. Nestes termos, desenvolver a capacidade de atribuir sentidos é tão indispensável quanto desenvolver as habilidades pragmáticas, na medida em que nos confere diferenciação enquanto humanos, posto que somos seres simbólicos.

Temos na literatura, e nos mais variados modos de sua manifestação, uma forma importante de construção e de apropriação de sentidos. Nesse contexto, a literatura é uma forma cultural diferenciada e única, que pode ser deflagradora de entendimento, indagação,

reflexão, construção e desconstrução de sentidos, exigindo atuações específicas por parte do leitor na sua apropriação.

Tendo em vista estas relações, a fruição literária constitui-se como um modo específico de experiência estética relacionada à literatura. A fruição literária caracteriza-se por seu caráter de gratuidade, não funcional, que implica afetos, imaginação, sentidos e também intelecto, não é, deste modo, um fenômeno apenas de ordem sensível, nem tampouco somente inteligível, posto que esta se constitui também como um ato cognitivo complexo e contraposto às noções simplificadoras que a qualifica ato meramente sensorial, hedonista e esvaziado de sua complexidade.

A fruição literária, por conseguinte, apresenta-se como uma experiência estética que ao mobilizar vários saberes envolve o sujeito em sua completude. Como processo dinâmico, reeduca o homem vinculando-o não apenas a arte, mas também a si mesmo.

A despeito de a fruição não se caracterizar como um fenômeno exclusivo da arte, é na perspectiva da literatura enquanto arte e mais precisamente em relação à leitura literária que tratamos de sua importância na formação de leitores.

## **1. Fundamentação teórica**

### **1.1 Breves considerações sobre prazer e/ou fruição literária**

No dicionário Aurélio a palavra *fruição* (do latim *fruitione*) significa “ação ou o efeito de fruir; gozo, posse, usufruto”. Examinando os sentidos do verbo *fruir*, o dicionário elenca os seguintes significados: “1) estar na posse de; possuir; 2) usufruir; 3) tirar de (uma coisa) todo o proveito, todas as vantagens possíveis, e, sobretudo, perceber os frutos e rendimentos dela; 4) gozar, desfrutar” (FERREIRA, 2002).

Por estas definições é possível perceber gradações de intensidade, oscilando entre a idéia de posse, de usufruto, de proveito e de desfrute, até o gozo, termo que apresenta conotações relacionadas a um máximo de prazer, emoção que abarca o indivíduo em sua totalidade física e psicológica.

Encontramos no *Dicionário de Filosofia* (ABBAGNANO, 2003, p.472) uma distinção estabelecida por Hobbes entre *uso* e *fruição*: “Do bem que desejamos por si mesmo não

fazemos uso, visto que o uso é das coisas que servem de meios e de instrumentos, mas a *fruitio* é como o fim da coisa proposta” (ABBAGNANO, 2003, p.472).

Pensando nos sentidos citados acima, depreende-se uma não correlação entre fruição e finalidade imediata, ou seja, fruição como algo que se realiza pelo desejo individual, consciente ou não, de experimentação de algo. A relação implicada entre o ato de fruir e um desejo individual pressupõe a idéia de prazer, isto é, de algo que provoca sentimento de satisfação. O termo *prazer* está relacionado a uma “sensação ou sentimento agradável, ligado à satisfação de uma tendência, de uma necessidade, do exercício harmonioso das atividades vitais; alegria, contentamento, júbilo, deleite, satisfação emocional” (HOUAISS, 2001). O termo *gozo* apresenta acepções relacionadas à fruição e ao prazer, figurando como sinônimos o próprio verbo fruir além dos verbos desfrutar, deleitar-se e deliciar-se (HOUAISS, 2001).

Por este caminho, podemos entender o ato de fruir, a *fruição*, como um processo no qual estão pressupostos diferentes graus de intensidade na experimentação do prazer, processo este que demanda também determinadas formas de atuação do sujeito fruidor, além de pressupor certa durabilidade.

Parece coerente então afirmarmos que a fruição tem como ponto deflagrador o estabelecimento de vínculos e de ação do sujeito que frui, pois para que se desfrute de algo, para que se possa fruir, é necessário relacionar-se com o objeto a ser fruído.

Ao pressupor essa necessidade de vínculo, a fruição articula-se à *vontade*, entendida aqui como uma atividade humana refletida que se opõe ao instinto, comportando processos psíquicos conscientes, como a percepção, a representação, a intenção; e ao *desejo*, que pressupõe interesses que podem ou não ser conscientes, uma vez que pertencem mais à esfera afetiva do que volitiva. Ao mobilizar tais potencialidades, a fruição apresenta-se como uma categoria constitutiva do sujeito, vinculando-o ao mundo de forma específica (ABBAGNANO, 2003). Se os sentidos implicados ao termo *fruição* acenam para a idéia de *gratuidade* e de atos que são realizados por *vontade* e *desejo*, cremos que estamos diante de um modo diferenciado de experimentação da complexidade do mundo e das coisas.

Ao abordar a questão do *prazer do texto* e da fruição literária, Barthes, em algumas passagens, toma um termo pelo outro e, em outras, distingue-os, discutindo suas diferenças e graus de intensidade. O autor reconhece a ambigüidade contida nas expressões “prazer do

texto” e “texto de prazer” afirmando que “estas expressões são ambíguas porque não há palavra francesa para cobrir ao mesmo tempo o prazer (contentamento) e a fruição (o desvanecimento). O ‘prazer’ é, portanto, aqui (e sem poder prevenir), ora extensivo à fruição, ora a ela oposto” (BARTHES, 2010, p.27).

Refletindo sobre as possíveis distinções entre o prazer e a fruição, Barthes (2010, p.28-29) afirma:

Temos, aliás, oriundo da psicanálise, um meio indireto de fundamentar a oposição do texto de prazer e do texto de fruição: o prazer é dizível, a fruição não o é.

A fruição é in-dizível, inter-dita. Remeto a Lacan “O que é preciso considerar é que a fruição está interdita a quem fala, como tal, ou ainda que ela só pode ser dita entre as linhas [...]”, ou a Leclair “[...] aquele que diz, por seu dito, se interdiz a fruição, ou, correlativamente, aquele que frui faz com que toda a letra – e todo dito possível – se desvaneça no absoluto da anulação que ele celebra”.

Nesta distinção está implícita, portanto, a idéia de gradações de intensidade, que vão num crescendo do prazer à fruição/gozo. Em uma de suas entrevistas, Barthes (1995, p.194) retoma a questão da ambiguidade destes termos e a ideia de diferentes graus de prazer afirmando que “há na prática textual toda uma gama, todo um leque de dispersões do sujeito: o sujeito pode ir de uma consistência (há, então, contentamento, plenitude, satisfação, prazer no sentido próprio) a uma perda (então, há anulação, *fading*, gozo).” Sendo assim, “temos de aceitar a ambigüidade da expressão ‘prazer do texto’, que é ora especial (prazer contra o gozo), ora genérica (prazer e gozo).” (BARTHES, 1995, p.194)

Constata-se aí o entrelaçamento dos termos prazer, fruição, gozo, compondo um campo de sentidos que, ainda que em graus diferentes de intensidade, relacionam-se à noção de satisfação.

Por este caminho, é importante ressaltar que, independente das distinções feitas entre prazer e fruição/gozo, Barthes não confere importância maior ou menor no texto ou no leitor/fruidor, levando em consideração sempre a relação que se estabelece entre os dois como duas forças que atuam reciprocamente, dialeticamente, dialogicamente. E nesta *transação* se dá a fruição literária.

Outros autores, a exemplo de Umberto Eco, também se ocupam de questões relacionadas a especificidade e importância da literatura e de sua fruição. Em *A Definição da*

*Arte*, Eco (1981, p.153-154) evidencia dois aspectos implícitos na noção da obra de arte e suas relações com o leitor: *o autor* que, “realiza um objeto acabado e definido, segundo uma intenção bem precisa, aspirando a uma fruição que o reinterprete tal como o pensou e quis” e *o objeto* que é “fruído por uma pluralidade de fruidores, cada um dos quais sofrerá a ação, no ato de fruição, das próprias características psicológicas e fisiológicas, da própria formação ambiental e cultural, das especificações da sensibilidade que as contingências imediatas que a situação histórica implicam”. Conforme este autor, em função dos diversos aspectos implicados na fruição,

(...) por mais honesto e total que seja o empenho de fidelidade à obra que se frui, cada fruição será inevitavelmente pessoal e verá a obra num de seus aspectos possíveis. O autor não ignora geralmente essa condição da situacionalidade de cada fruição; mas produz a obra como 'abertura' a estas possibilidades (ECO, 1981, p.153-154)

Do exposto por Eco, entendemos que o autor concebe a fruição literária enquanto modo específico de apropriação de sentidos, afirmando que o texto literário aspira “a uma fruição que o reinterprete”. A fruição literária se confirma, segundo o autor, não apenas como um processo de assimilação de sentidos, mas como modo especial de “reinterpretação” aspirado pelo autor, que cria sua obra de forma a oferecer possibilidades de fruição, ou seja, almejando uma determinada forma de vinculação que envolve a singularidade do leitor (tanto nos aspectos “fisiológicos”, quanto nos “psicológicos” e sensíveis), marcada por aspectos culturais e históricos nos quais se dá este ato.

O texto literário, portanto, fornece *itinerários* de fruição, apresentando-se ao leitor-fruidor como um campo de possibilidades. É neste campo que o leitor realiza sua “operação de caça”, como atesta Certeau (1994, p.269-270):

[...] longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente, mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los. A escritura acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece), ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido.

Recebido em julho de 2011; aceito em setembro de 2011.

Com efeito, a leitura não tem lugar: Barthes lê Proust no texto de Stendhal; o telespectador lê a paisagem de sua infância na reportagem da atualidade. [...] O mesmo se dá com o leitor: seu lugar não é aqui ou lá, um ou outro, mas nem um nem outro, simultaneamente dentro e fora, perdendo tanto um como o outro misturando-os, associando textos adormecidos mas que ele desperta e habita, não sendo nunca o seu proprietário. Assim, escapa também à lei de cada texto em particular, como à do meio social.

Trata-se, nesse sentido, de um leitor viajante nos campos da linguagem, um leitor inventor, alquimista, que frui o texto combinando os ingredientes nele contidos e juntando-os a outros, do universo de suas experiências existenciais, formulando novas possibilidades de sentido, transformando o texto lido em texto vivido profundamente por meio da experiência de fruição.

A fruição literária nem sempre se apresenta como um campo seguro e nem sempre estará vinculada a sentimentos tranquilos e agradáveis. Ao contrário, pode ser terreno movediço, que possibilita deslocamentos, experiências impactantes e complexas e, ainda assim – talvez por essas razões – é prazer/gozo/fruição.

Na transação leitor/texto narrativo, por exemplo, estão implicadas histórias e memórias distintas – as do leitor e as da obra – que, no momento da fruição irão compor novas tessituras e redes de significação. O momento da leitura é aquele em que se entrelaçam estes dois fios. Outros fios, no entanto, estão implicados: as pressões exteriores à leitura propriamente dita, como o mundo que rodeia leitor e texto, as circunstâncias, o lugar e o momento no qual se lê. É na conjunção desses fios que se desenha o bordado dos sentidos. E tantos serão eles quantos serão os leitores, pois, se nesta trama são inúmeros os fios, quem borda é o sujeito, criando o seu desenho particular, isto é, a sua fruição, única e singular; pois se há um *esboço* oferecido pelo texto, quem dá os pontos é o leitor. Na trama da fruição, portanto, entrelaçam-se aspectos individuais, únicos do sujeito que, por sua vez, se constituíram socialmente, em um determinado tempo, cultura e lugar.

Sendo assim, o ato de fruição é possibilitado a partir da mobilização de esquemas mentais constituídos e de um amplo conjunto de recursos que formam o que Bourdieu, chama de *habitus*, “definido como um pequeno lote de esquemas que permite gerar uma infinidade de práticas adaptadas a situações sempre renovadas, sem jamais se constituir em princípios explícitos”, ou ainda, “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando

todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma” (BOURDIEU, 1972, *apud* PERRENOUD, 2002, p.24). Esses esquemas “permitem-nos mobilizar conhecimentos, métodos, informações e regras para enfrentar uma situação, pois tal mobilização exige uma série de operações mentais de alto nível” (PERRENOUD, 2002, p.24).

Desse modo, em oposição à percepção disseminada em grande parte dos discursos contemporâneos sobre a formação de leitores, na qual se depreende uma compreensão naturalizada da fruição literária, este ato não é um fenômeno espontâneo e linear, decorrente do encontro dos sujeitos com a literatura, mas sim, um processo que, embora apresente uma dimensão natural, configura-se na cultura.

Tomada nesta perspectiva, a fruição literária apresenta-se como uma experiência estética diferenciada que, não sendo unicamente natural ou cultural, constitui-se no jogo entre estes pólos, envolvendo processos mentais complexos por parte do sujeito, que englobam desde o raciocínio lógico (associação, dedução, antecipação, inferência), até aspectos afetivos, emocionais, sensoriais, imaginativos, culturais, de memória, entre outros.

Nessa perspectiva, a fruição que não se coaduna, necessariamente, com a esfera da eficácia, entretanto não significa dizer que não seja útil. Trata-se, nesse caso, de um outro arranjo de *utilidade*, relacionado a aspectos internos, subjetivos, não mensuráveis e cujos efeitos não são, da ordem do imediato. O termo *fruição* relaciona-se a outros, próximos a ele, que alargam seus sentidos, tais como: desejo, sensação, satisfação, alegria, vontade, prazer, gozo, desfrute são *ondulações* que ampliam o universo de sentidos do termo *fruição*, caracterizando como um ato abrangente que articula as várias dimensões do humano: imaginativa, sensorial, afetiva, intuitiva, inteligível, cultural, lógica, dentre outras.

## 1.2 Literatura, escola e fruição

Marisa Lajolo (1995, p. 16) afirma que, apesar da dificuldade em encontrar uma definição exata para a Literatura, já que ela foi diferentemente concebida em vários momentos



da história, é certo que “a obra literária é um objeto social. Para que ela exista, é preciso que alguém a escreva e que outro alguém a leia. Ela só existe enquanto obra neste intercâmbio social”. Destacando a importância da linguagem desde sua invenção na vida do ser humano, Lajolo defende ainda que

(...) participando da natureza última da linguagem – simbolizar e, simbolizando, afirmar a distância entre o mundo dos símbolos e dos seres simbolizados – a literatura leva ao extremo a ambigüidade da linguagem: ao mesmo tempo que coloca o homem às coisas, diminuindo o espaço entre o nome e o objeto nomeado, a literatura dá a medida do artificial e do provisório da relação. [...] É, pois, esta linguagem instauradora de realidades e fundante de sentidos a linguagem de que se tece a literatura (LAJOLO, 1995, p.37).

Pensando mais especificamente na leitura no âmbito escolar, Soares (2001, p. 84) afirma que a escola é a instituição responsável pela alfabetização dos indivíduos e é a esta que “a sociedade delega a responsabilidade de prover as novas gerações das habilidades, conhecimentos, crenças, valores e atitudes considerados essenciais à formação de todo e qualquer cidadão”. Dentre essas habilidades, valores e atitudes, destacam-se as relacionadas à formação de leitores e o acesso a diversidade de modos de ler.

É função e obrigação da escola dar amplo e irrestrito acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também a leitura literária; a leitura para fins pragmáticos, mas também a leitura de fruição; a leitura que situações da vida real exigem, mas também a leitura que nos permita escapar por alguns momentos da vida real. (SOARES, 2008, p. 33)

Graça Paulino, refletindo sobre a leitura literária na escola, propõe considerarmos suas especificidades, sem negligenciar o que há de comum (as semelhanças) entre essa leitura e a de textos não-literários, já que, numa perspectiva contemporânea, “todos os domínios discursivos, sem exceção, exigiriam e desenvolveriam habilidades complexas e competências sociais de seus leitores” (PAULINO, 2007, p. 61).

Para Paulino, assim como para Soares (2001), da mesma forma que existe diversidade de textos, existe, em função desses textos, diversidade de leituras, de modos de ler. Desse modo, não é suficiente defendermos a presença da diversidade de tipos e gêneros textuais na escola, se não levamos em conta os diferentes modos de leitura, de acordo com determinadas

especificidades do texto. Paulino ressalta que “as diferenças se localizariam nos objetos lidos e se definiriam a partir deles, mas seriam também estabelecidas pelos sujeitos em suas propostas, espaços sociais e ações de leitura” (PAULINO, 2007, p. 56).

De modo ilustrativo destacamos a leitura literária na escola, que, em função de sua organização, sinaliza um modo diferenciado de leitura, uma vez que seu arranjo particular convida o leitor à fruição. Contudo, em virtude de seu caráter polissêmico, o texto literário permite diferentes possibilidades de leitura, não determinando completamente uma leitura de fruição, pois sua recepção é individual e a leitura literária, portanto, tem invariavelmente uma dimensão de liberdade. Deste modo, tais leituras podem ser motivadas por razões diversas, inclusive funcionais, como as que, muitas vezes, orientam a própria atuação da escola ao restringir a literatura apenas ao estudo de questões linguísticas ou simplesmente a compreensão de estilos literários. É, portanto, possível buscar e encontrar no texto literário aspectos psicológicos, sociológicos, históricos, políticos, dentre outros, realizando-se leituras não literárias da literatura.

No contexto escolar, de acordo com Machado & Almeida (2008), é possível perceber que a leitura literatura recebe um tratamento bastante pragmático, o que se pode verificar em grande parte dos manuais didáticos. Esta forma de abordagem prescinde da experiência plena de leitura do texto literário pelo leitor. Em lugar dessa experiência estética, os textos literários aparecem em forma de excertos, de trechos de obras ou poemas isolados, por serem considerados exemplares de determinados estilos, abordagem preocupante, mas ainda recorrente no contexto da escola básica.

Zilberman & Lígia Cademartori em *Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação* (1997) afirmam que o gênero literário infanto-juvenil quando de sua emergência possuía uma função muito específica na sala de aula: auxiliar na alfabetização das crianças. Teresa Colomer no livro *A Formação do Leitor Literário* (2003) também alude à mesma questão e afirma que a dimensão estética do texto literário não cabia na sala de aula, porque esta não compreendia o verdadeiro papel do texto literário.

Lajolo & Zilberman (2002, p. 258) alertam para a questão de que a leitura do texto literário tem se tornado cada vez mais rarefeita no âmbito escolar seja porque diluída em meio

aos vários tipos de discurso ou de textos, seja porque substituída por resumos, compilações, dentre outros.

Nesse cenário, especialmente no Ensino Médio, de forma geral as propostas para o ensino de literatura se limitam a apresentar a literatura como conteúdo necessário e obrigatório do currículo escolar, tratando-a, com frequência, como mera estratégia para o ensino da língua portuguesa ou como cronologia de escolas literárias, estilos e autores, não levando em conta as relações que se estabelecem entre o sujeito que lê e seu aspecto sensível.

Isso considerado, entendemos que os textos literários devem ser lidos, inclusive no ambiente escolar, objetivando a fruição literária, pautando-se no princípio de que literatura é arte e, como tal, “demanda competências e habilidades ligadas à subjetividade, à criatividade e à sensibilidade, devendo, por isso, ser tratada com métodos e objetivos específicos” (MAGALHÃES, 2008, p. 121), a escola deve focar não nos objetos lidos, mas também e, principalmente, na forma como a leitura está sendo provocada/incentivada no seu interior, sobretudo, pelos professores e realizada pelos alunos.

Considerando que a literatura pode se caracterizar como uma ponte que se projeta em direção ao outro (ao leitor), acreditamos que é nesse encontro que a escola e o trabalho com o texto literário deve se deter, visto que é este o espaço no qual existem possibilidades diversas para que a fruição literária ocorra, pois de acordo com Barthes (2010) é no ato da leitura vivenciada pelo leitor que se estabelece a fruição provocada pelo texto.

Acreditamos residir aí a fundamental importância da leitura literária, aquela que nos move, nos altera pela liberdade, volição, nos conduz a um encontro íntimo conosco mesmos e com o outro, como deixa antever Queiroz (2007, p.28).

Com o livro aberto sobre os joelhos, o longe vinha estar sob meus olhos; o mais preservado eu intuía e acreditava participar da intimidade re-velada pelo escritor. As metáforas me acolhiam e libertavam ainda mais a minha fantasia. Eu visitava lugares que o autor desconhecia. Sem me perder de mim, pretensiosamente, me fazia o Outro.

Vale destacar que apesar de todos os tipos de textos serem capazes de promover esse envolvimento emocional, são os textos literários que melhor desempenham esse papel. De acordo com Bordini & Aguiar (1996, p. 14), “a linguagem literária extrai dos processos

histórico-político-sociais nela representados uma visão típica da existência humana”. Esse caráter de humanidade proporciona a identificação do leitor com o universo literário.

Em *Aula*, Roland Barthes, (1989, p.21), ao discutir a questão da literatura, refere-se ao modo particular de organização de sua linguagem, chamando este arranjo de “escritura”, afirma que nela “as palavras não são mais concebidas ilusoriamente como simples instrumentos, são lançadas como projeções, explosões, vibrações, maquinarias, sabores: a escritura faz do saber uma festa.” Nesse contexto, a recriação, o modo como se articula a linguagem, oferece-se a um tipo de *degustação*, à fruição.

A recriação pressuposta ao ato da fruição da leitura literária é, principalmente, de natureza lingüística (tendo em vista sua plurissignificância que confere ao leitor múltiplas leituras) e imaginativa.

Por esse caminho, modos diferenciados de linguagens e com arranjos diferentes, sugerem formas diferentes de aproximação e apropriação. Não é sem razão que há na linguagem literária a intenção estética, a ampla manifestação polissêmica. Podemos mesmo afirmar que o que caracteriza esse arranjo da linguagem é mais que o desejo de comunicar, é sua vocação de (pluri)significar. À linguagem literária importa mais o *como* é dito do que propriamente o *que* se diz. Aí percebemos o amplo emprego das palavras livres do seu sentido denotativo, porquanto a linguagem literária não se apresenta de maneira completa e fechada; ao contrário ela é sempre marcada pelos vazios e pelo inacabamento; é *vazada*, articula-se apresentando *lacunas*, *poros* que viabilizam uma *respiração*, um movimento de sentidos. Estes *vazios* reclamam a intervenção do leitor, que, ao preencher as lacunas, recupera aquilo que, sugerido no texto não foi dado *a priori* – o que se projeta no texto necessita ser reencarnado pelo leitor, ganhando, assim, sentido e concretude.

Por tudo isso é importante que a escola não destitua a leitura literária de sua complexidade, tendo em vista que, para que a formação de leitores ocorra de fato, a escola não deve prescindir do contato direto e constante com o texto literário, contato sem o qual a vivência da literatura e sua fruição não se efetivam.

Dessa forma a leitura literária pode se tornar, no dia-a-dia, uma fonte de prazer e fruição e não uma atividade regida pela obrigatoriedade, cumprida em terreno inóspito. Para verdadeiramente ler, é preciso gostar de ler. E as pessoas aprendem a gostar de ler quando, de

alguma forma, a realidade de suas vidas é tocada pela leitura – quando o desejo da leitura prevalece sobre a possibilidade de não ler.

## 2. Considerações finais

A fruição literária possibilita experiências essenciais e singulares, e a literatura, enquanto arte da palavra, acha-se ancorada na linguagem verbal organizada esteticamente. Isto significa dizer que o texto literário apresenta uma especificidade quanto à maneira de trabalhar a linguagem, diferenciada de outras formas textuais. O texto literário alimenta-se da ambigüidade, da *opacidade*, da plurissignificação, e por isso, pede modos de aproximação e apropriação específicos.

Ao mobilizar entendimento e sensibilidade, razão e afetividade, vontade e desejo, a fruição literária exige intensa atuação dos sujeitos para a construção de sentidos e significados, colocando em cena faculdades e repertórios culturais múltiplos. Assim compreendida, possibilita a criação de vínculos com o conhecimento e com o mundo, apresentando-se não apenas como uma experiência estética, mas também como experiência profundamente humana e humanizadora.

Se concordamos que a literatura pode oferecer possibilidades a trabalhos que tenham como objetivo o estudo de outras áreas do conhecimento, como ocorre em nossas instituições educativas, lembramos não ser esta a sua única e restrita possibilidade. Os textos literários – como, de resto, todos os objetos estéticos – apesar de poderem servir a finalidades didáticas, apresentam caráter que transcende ao dos objetos *úteis* e *interessados* e é exatamente no *desinteresse*, neste *não ensinar*, que eles nos ensinam. A fruição literária constitui-se, portanto, neste terreno que pressupõe a *gratuidade* do texto, do leitor e das mediações. Ao mobilizar desejo, sensibilidade, razão, afetos, emoção e sensação, entre outras dimensões, permite o estabelecimento de vínculos específicos dos sujeitos com o conhecimento, consigo mesmos e com o mundo.

Ao mesmo tempo, cria condições para um modo particular de construção de sentidos, no qual o sujeito atua de forma singular e única. É, portanto uma categoria que constitui os

sujeitos, e não apenas os leitores, uma vez que em tal processo os próprios sujeitos se constroem (FREIRE, 1988).

Isto considerado, a fruição deve ser o foco principal no processo de formação de leitores de literatura na escola básica, sobretudo no Ensino Fundamental. Isso significa que o tratamento dado ao texto literário no contexto escolar deve, ao invés de priorizar a compreensão racional do fenômeno literário, incentivar e desenvolver formas de apreensão do estético através das vias sensoriais, afetivas, imaginativas e intuitivas, alargando a capacidade de percepção estética do leitor.

### Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicole. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O prazer do texto*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 78p.
- \_\_\_\_\_. *O grão da voz*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- BORDINI, Maria da Glória, AGUIAR, Vera Teixeira de. *Literatura. A formação do leitor. Alternativas metodológicas*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. 176p.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. Artes do fazer*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.
- COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário*. São Paulo: Global Editora, 2003.
- ECO, Umberto. *A definição da arte*. Lisboa: Martins Fontes, 1981.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1988.
- HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LAJOLO, Marisa. *O que é Literatura?* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita. Leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

MACHADO, Maria Zélia Versiani; ALMEIDA, Eliana Guimarães. Leitura de Poemas no Ensino Médio: Estudo Comparativo de Livros Didáticos do PNLEM. *Revista Intercâmbio*, volume XVII: 358-372, 2008. São Paulo: LAEL/PUC-SP.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. A importância das leituras de livre escolha na formação do leitor. *Via Atlântica/USP*, São Paulo, v. 14, p. 119-128, dez. 2008.

PAULINO, Graça. Algumas especificidades da leitura literária. In: PAIVA, Aparecida et al. (Orgs.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007. p. 55-70.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Para ler em silêncio*. São Paulo: Moderna, 2007.

SOARES, Magda. Ler, verbo transitivo. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça, VERSIANI, Zélia (org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008. (Coleção Literatura e Educação).

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy; BRINA, H. & MACHADO, M. Zélia (Org.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. 2.ed. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZILBERMAN, Regina; CADEMARTORI, Ligia. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1997.